

NOVAS BASES PARA O ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA NO BRASIL (CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES)

PROF. DR. CARLOS MOORE WEDDERBURN *

* Doutor em Ciências Humanas e Doutor em Etnologia pela **Universidade de PARIS-VII** (França). Chefe de Pesquisas (Honorary Fellow) na Escola para Estudos de Pós Graduação e Pesquisa da **University of the West Indies (UWI)**, Kingston, Jamaica.

Copyright © 2005, Carlos Moore Wedderburn. Todos os direitos reservados.

NOVAS BASES PARA O ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA NO BRASIL (CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. PROBLEMÁTICA EPISTEMOLÓGICA	5
2.1. SINGULARIDADES AFRICANAS	5
2.1.1. BERÇO DA HUMANIDADE	6
2.1.2. BERÇO DAS PRIMEIRAS CIVILIZAÇÕES MUNDIAIS	8
2.1.3. ALVO DA ESCRAVIDÃO RACIAL E DOS TRÁFICOS NEGREIROS TRANSOCEÂNICOS	8
2.1.4. ALVO DOS MITOS RACIOLÓGICOS	9
3. PROBLEMÁTICA METODOLÓGICA	11
3.1. PARA UMA METODOLOGIA ESPECÍFICA	11
3.2. DIACRONICIDADE CONTINENTAL E MUNDIAL	12
3.3. A PERSISTENTE TRADIÇÃO LINEAR-ANEDÓTICA	13
4. EM BUSCA DE UMA SÍNTESE METODOLOGICA	14
4.1. EXIGÊNCIAS ANALÍTICO-INTERPRETATIVAS	14
4.1.1. DEFINIÇÃO DE ESPAÇOS GEO-CIVILIZATÓRIOS	16
4.1.2. ANÁLISE SOCIETÁRIA CENTRADA NO MODO DE PRODUÇÃO, NAS ESTRUTURAS POLÍTICAS E NAS RELAÇÕES SEGMENTÁRIAS	14
5. PARA UMA NOVA PERIODIZAÇÃO AFRICANA (ANTIGA E MODERNA)	17
5.1. O MARCO REFERENCIAL ANTIGO	19
5.1.1. ANTIGUIDADE PRÉ-HISTÓRICA (7.000.000 - 2.500.000)	19
5.1.2. ANTIGUIDADE REMOTA I (2.500.000 – 1.000.000)	19
5.1.3. ANTIGUIDADE REMOTA II (1.000.000 – 200.000)	19
5.1.4. ANTIGUIDADE REMOTA III (200.000 – 10.000)	19
5.2. O MARCO REFERENCIAL FORMADOR	19
5.2.1. ANTIGUIDADE PRÓXIMA (10.000 – 5.000)	20
5.2.2. ANTIGUIDADE CLÁSSICA (5.000 a.C - 200 d.C)	20
5.2.3. ANTIGUIDADE NEO-CLÁSSICA (200 d.C - 1.500 d.C)	22
5.3. O MARCO REFERENCIAL MODERNO	22
5.3.1. PERÍODO RESSURGENTE (1600 – 1870)	22
5.3.2. PERÍODO COLONIAL (1870 – 1960)	23

5.3.3. PERÍODO CONTEMPORÂNEO (A PARTIR DE 1960)	24
6. COMO CATALOGAR AS ESTRUTURAS SOCIAIS AFRICANAS	25
6.1. AS FORMACÕES SOCIAIS OU MODOS DE PRODUÇÃO	25
6.1.1. CATEGORIAS SERVIS	26
7. PROBLEMÁTICA DIDÁTICA	38
7.1. AS DE FONTES DE ENSINO	38
7.2. A AVALIAÇÃO DAS FONTES DE ENSINO	39
7.3. OBRAS DOS CIENTISTAS AFRICANOS	40
CONCLUSÃO	42
BIBLIOGRAFIA	46
ANEXOS	

1. INTRODUÇÃO

A obrigatoriedade¹ do ensino da história da África na rede oficial de ensino no Brasil confronta o universo docente brasileiro com o desafio de disseminar, para o conjunto da sua população, num curto espaço de tempo, uma gama de conhecimentos multidisciplinares sobre o mundo africano.

Aprofundar e divulgar o conhecimento sobre os povos, culturas e civilizações do continente africano, antes, durante e depois da grande tragédia dos tráficos negreiros transaariano, do mar Vermelho, do oceano Índico (árabe-muçulmano) e do oceano Atlântico (europeu), e sobre a subsequente colonização direta desse continente pelo Ocidente a partir do século XIX², são tarefas de grande envergadura.

A generalização do ensino da história da África apresenta problemas específicos. Neste texto assinalamos de maneira sumária e a título indicativo alguns entre os que, parece-nos, deverão ser levados em conta na formação, reciclagem e capacitação dos professores da rede de ensino incumbidos dessa missão. Limitar-nos-emos aos problemas menos evidentes contidos na problemática epistemológica, metodológica e didática em relação à África, guardando em mente que se trata de uma modesta contribuição dentre outras num campo semeado tradicionalmente de abordagens conflitantes e de acerbas controvérsias. Portanto, este texto foi elaborado na perspectiva da

¹ A lei nº 10639, de 09 de janeiro de 2003, altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B: "Art. 26-A – Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras". "Art. 79-B – O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

² A Conferência de Berlim (1884-1885) fixou e disciplinou as regras do jogo de ocupação do continente africano. Em 1880, apenas uma décima parte da África estava vagamente ocupada pelos Europeus, lembra o historiador Joseph Ki-Zerbo, mas essa situação mudaria bruscamente nos vinte anos seguintes, quando o Ocidente se apoderou de todo o resto do continente. (KI-ZERBO, 2002:76-77).

abertura de um debate de fundo no seio do corpo docente brasileiro, no espírito de democratizar o tema mediante a sua *deselitização* corporativista.

2. PROBLEMÁTICA EPISTEMOLÓGICA

2.1. Singularidades africanas

Como todas as disciplinas humanísticas, a história é um campo movediço, pois se presta a múltiplas distorções. A subjetividade é de fato o que determina a “interpretação” ou “tradução” da realidade do outro. Por isso, o campo da análise histórica é o lugar privilegiado da produção e da proliferação da mais perigosa aberração produzida pela mente humana – o racismo, com seus múltiplos derivados ideológicos (religiosos ou laicos). Assim, há muitos séculos, reina em torno do continente africano uma confusão quase permanente que continua dominando os estudos sobre os povos autóctones dessa porção do planeta.³

No contexto da história geral da humanidade, a África apresenta um número impressionante de singularidades, em planos diversos, que remetem a interpretações conflituosas e, muitas vezes, contraditórias. É provável que nenhuma das regiões habitadas do planeta apresente uma problemática de abordagem histórica tão complexa quanto a África, e isto se deve a muitos fatores, dentre os quais podemos destacar:

- a sua extensão territorial (30.343.551 km², o que corresponde a 22% da superfície sólida da terra), que vai desde a região do Pólo Sul até o Mediterrâneo, e do oceano Atlântico ao oceano Índico, apresentando uma grande variedade climática⁴;

³ Alguns dos melhores exemplos do quanto alguns pensadores modernos promoveram uma visão racista sobre o continente africano podem ser encontrados nas obras de Wilhelm Friedrich Hegel, François Voltaire, Karl Marx, Charles-Louis de Montesquieu, Eugène Pittard e David Hume, para ficarmos em apenas alguns. É importante lembrar também que a produção da antropologia na sua vertente antropométrica e a etnologia prestaram serviços idênticos, ou ainda maiores, na proliferação e sistematização da lógica racista.

⁴ No interior do continente as distâncias são imensas – os 7.000 quilômetros que separam o Cabo da Boa Esperança, ao sul, do Cairo, ao norte, são aproximadamente a mesma distância entre Dacar, a oeste, e a extremidade do Chifre da África, a leste.

- uma topografia extremamente variada: grandes savanas, vastas regiões desérticas ou semidesérticas (Sahel), altiplanos, planícies, regiões montanhosas e imensas florestas;
- a existência e interação de mais de 2.000 povos com diferentes modos de organização socioeconômica e de expressão tecnológica;
- a mais longa ocupação humana de que se tem conhecimento (2 a 3 milhões de anos até o presente) e, conseqüentemente, uma maior complexidade dos fluxos e refluxos migratórios populacionais.

2.1.1. Berço da humanidade

A mais marcante das singularidades africanas é o fato de seus povos autóctones terem sido os progenitores de todas as populações humanas do planeta, o que faz do continente africano o berço único da espécie humana. Os dados científicos que corroboram tanto as análises do DNA mitocondrial⁵ quanto os achados paleoantropológicos, não cessam de apontar nesse sentido.

O continente africano, palco exclusivo dos processos interligados de *hominização* e de *sapientização*, é o único lugar do mundo onde se encontram, em perfeita seqüência geológica, e acompanhados pelas indústrias líticas ou metalúrgicas correspondentes, todos os indícios da evolução da nossa espécie a partir dos primeiros ancestrais hominídeos. A humanidade, antiga e moderna, desenvolveu-se primeiro na África e logo, progressivamente e por levas sucessivas, foi povoando o planeta inteiro⁶ Portanto, as atuais diferenças morfo-fenotípicas entre populações humanas – as chamadas “raças” – são um fenômeno recente na história da humanidade (presumivelmente do final do

⁵ DNA mitocondrial humano é um pequeno DNA circular presente dentro das mitocôndrias (as usinas energéticas da célula) no citoplasma. Este DNA tem uma série de características genéticas peculiares, destacando-se o fato de ter herança puramente materna. Em outras palavras, todo o DNA mitocondrial de um indivíduo vem de sua mãe apenas, sem nenhuma contribuição paterna. Os geneticistas acreditam que a. Essa população ancestral viveu na África e começou a migrar há cerca de 100 mil anos

⁶ Grupos de humanos anatomicamente modernos deixaram o continente africano pela primeira vez há aproximadamente 100.000 anos. Essa população humana ancestral, que tinha apenas *dois mil indivíduos* migrou progressivamente para os outros continentes, atingindo a Ásia e a Austrália há 40 mil anos, a Europa há 30-35 mil anos, e, finalmente chegando ao continente americano há pelo menos 18 mil anos.

paleolítico superior, 25.000-10.000). E a ciência já descartou como anti-científica a idéia de que o morfo-fenótipo possa incidir de algum modo nos processos intelectuais de socialização ou de aquisição/aprimoramento de conhecimentos.⁷

Desde o mais remoto ancestral do gênero *Homo* (o *Sahelantropo Chadense*, homínido de 6 a 7 milhões de anos, encontrado no Chade⁸), passando pela própria aparição do gênero *Homo* (*Homo Habilis*, de 2 a 5 milhões de anos), e o surgimento dos primeiros *Homo Sapiens Sapiens* (*Homo Sapiens Idaltu*: 160.000 a 200.000 anos), a história da espécie humana se confunde com a própria história da África, onde se originaram, também, as primeiras civilizações do mundo. Cada novo descobrimento da paleoantropologia ou da antropobiologia no continente africano provoca novas ondas de choques e embates entre os cientistas, pois tais descobrimentos invalidam complexos esquemas teóricos até então tidos como definitivos, complicando ainda mais o quadro das interpretações sobre a evolução humana⁹.

As novas interpretações dos dados científicos remetem à grande complexidade do acontecer humano como um dado essencial e permanente da história. Ao mesmo tempo, geram a necessidade de realizar constantes

⁷ Convém sem embargo esclarecer um ponto. O fato de que a noção de “raça” não traduz uma realidade biológica não quer dizer que “raça” não exista como construção histórica. Neste caso, ela corresponde não a um fato genotípico (biológico), mas sim a uma realidade *sócio-histórica* baseada numa realidade morfo-fenotípica concreta à qual se deu uma interpretação ideológica e política. A ficção é a de se pretender que “raça” é unicamente um fato que deve ser enquadrado na biologia. Infelizmente, *raça* não é uma ficção. Ela é uma realidade sociológica e política bem ancorada na história e que regula as interações entre os povos desde a antiguidade. Desde há séculos, os povos africanos e afrodescendentes têm de se defrontar no cotidiano com essa concretude da raça.

⁸ O crânio do “homem de Toumai”, achado no Chade (África Central) em 2002, é cerca de 1,5 milhão de anos mais velho do que o mais antigo ancestral humano até então conhecido. Essa descoberta paleontológica revolucionou a história da evolução humana, colocando-a no próprio centro da África.

⁹ Dentre as abundantes obras recentes que tratam do tema, assinalaremos as seguintes: TATTERSALL, Ian e SCHWARTZ, Jeffrey H., **Extinct Humans**. Colorado: Westview Press, 2000. HOWELLS, William, **Getting Here: The Story of Human Evolution**. Washington, D.C.: The Compass Press, 1993. STRINGER, Christopher e MCKIE, Robin, **African Exodus: The Origins of Modern Humanity**. New York: Henry Holt, 1998. TATTERSALL, Ian, **The Last Neanderthal: The Rise, Success and Mysterious Extinction of our Closest Human Relatives**. Colorado: Westview Press, 1999. HUBBE, M.O.R., ATUI, J.P.V., AZEVEDO, E.T. & NEVES, W.A., **A Primeira Descoberta da América. Evolução Humana**. Sociedade Brasileira de Genética. Ribeirão Preto: Atheneu, 2000.

atualizações da história do continente africano. Essa situação deve ser saudada, pois enfraquece cada vez mais os velhos mitos e esquemas preconceituosos que chegaram até a colocar em dúvida a própria essência humana dos seres africanos. Ora, a história da humanidade começa precisamente com os primeiros seres humanos africanos; seres dotados de *consciência*, de *sensibilidade*, e não somente de inteligência.

Uma certa tradição, eurocêntrica e hegemônica, costuma alinhar o fato histórico com a aparição, recente, da expressão escrita, criando os infelizes conceitos de povos “com história” e de povos “sem história” que, eventualmente, o etnólogo Lucien LEVY-BRUHL iria transformar em “povos lógicos” e “povos pré-lógicos”.¹⁰ Mas a história propriamente dita é a interação consciente entre a humanidade e a natureza, por uma parte, e dos seres humanos entre si, por outra parte. Por conseguinte, a aparição da humanidade como espécie diferenciada no reino animal, abre o período histórico. O termo “pré-história”, tão abusivamente utilizado pelos especialistas das disciplinas humanas, é uma dessas criações que doravante deverá ser utilizada com maior circunspeção.

A porta de entrada no ensino da história da África passa pelo reconhecimento desse continente nas suas singularidades essenciais como:

- berço da humanidade em todas as suas configurações tanto antiga (*Homo Habilis*, *Homo Erectus*, *Homo Neanderthalensis*) como moderna (*Homo Sapiens Sapiens*)¹¹.
- lugar a partir do qual se efetuou o povoamento do planeta, a partir de 80 -100.000 anos a.C.
- berço das primeiras civilizações agro-sedentárias e agro-burocráticas do mundo ao longo do Nilo (Egito, Kerma, Kush-Meroé).

Parece-nos crescentemente difícil acreditar numa história verdadeiramente africana, e rigorosamente ancorada nos dados científicos,

¹⁰ Ver: LEVY-BRUHL, Lucien, **La mentalité primitive**. Paris: Presses Universitaires de France, 1947.

¹¹ Os dados científicos apontam crescentemente na direção do surgimento, na última fase do paleolítico superior (25.000 – 10.000), de variantes morfo-fenotípicas correspondentes aos povos “proto-europóides” e “proto-sino-nipônico-mongois”.

fora desse esquema geral que tanto a biologia molecular e genética como a paleoantropologia e a lingüística comparada referendam como a autêntica¹².

2.1.2. Berço das primeiras civilizações mundiais

Uma outra singularidade da África decorre, precisamente, do fato desse continente ter sido o precursor mundial das sociedades agro-sedentárias e dos primeiros estados burocráticos, particularmente ao longo do rio Nilo (Egito, Kerma, Napata e Kush-Meroé). Ao longo dos séculos, as riquezas destes estados, assim como as riquezas do império de Axum, na parte oriental do continente, e do império de Cartago, situado na porção setentrional, aguçaram a cobiça de inúmeros povos vizinhos, desde o mediterrâneo europeu (gregos e romanos) e o Oriente Médio semita (hicsos, assírios, persas, turcos, árabes), até o sudeste asiático (indonésios).

Com efeito, desde os meados do primeiro milênio a.C. até o período recente de dominação colonial pela Europa Ocidental, a África tem sido o lugar do mundo que sofreu as mais prolongadas e devastadoras invasões de diferentes povos e civilizações. Nesse período de 3.500 anos, ariano-europeus (“povos do mar,” gregos, romanos, vândalos), semitas do Oriente Médio (hicsos, assírios, persas, turco-otomanos, árabes), asiáticos do sul (indonésios) e, finalmente, europeus ocidentais (espanhóis, portugueses, franceses, italianos, belgas, ingleses, holandeses, dinamarqueses, suecos, alemães...) têm invadido, conquistado e se apossado de praticamente todo o continente, às vezes de maneira irreversível, como foi o caso da África setentrional e de Madagascar.

2.1.3. Alvo da escravidão racial e dos tráficos negreiros transoceânicos

A singularidade do continente africano que teve a maior repercussão negativa sobre o seu destino, determinando o que é a África de hoje, foi a de ter sido o primeiro e único lugar do planeta onde seres humanos foram submetidos à experiência sistemática de *escravidão racial* e de tráfico humano transoceânico em grande escala. As deportações violentas de africanos foram

¹² Ver: DIOP, Cheikh Anta, **Parenté génétique de l'égyptien pharaonique et des langues négro-africaines**. Dakar: IFAN-NEA, 1977. OBENGA, Teophile, **Origine commune de l'égyptien ancien, du copte et des langues négro-africaines modernes: Introduction à la linguistique historique africaine**. Paris: L'Harmattan, 1993.

metodicamente organizadas, primeiro, pelos árabes do Oriente Médio, desde 800 d.C. até o século XIX, com ampla participação dos iranianos, persas e turcos. A partir de 1500 até a segunda metade do século XIX, foram os povos da Europa ocidental quem protagonizaram o tráfico negreiro, através do oceano Atlântico.

O chamado “continente negro” – ainda que nenhum historiador tenha se referido à Europa como continente “branco” ou à Ásia como o continente “amarelo” – foi transformado, durante um período de um milênio, num verdadeiro terreno de caça humana e de carnificina. O impacto negativo cumulativo dessa realidade sobre o desenvolvimento econômico, tecnológico, político, demográfico, cultural e psicológico dos povos africanos está ainda por ser determinado. Mas as complexas interconexões existentes entre as singularidades apresentadas e a visão depreciativa que permeia tudo o que se refere à herança histórica e cultural dos povos africanos começam já a aparecer.

2.1.4. Alvo dos mitos raciológicos

Às singularidades próprias do continente se agrega outra, de construção totalmente externa: uma mitologia preconceituosa erigida por seus sucessivos conquistadores (hicsos, assírios, gregos, romanos, persas, turcos, árabes, indonésios e europeus), que sobrevive atualmente na maioria das obras eruditas produzidas pelos africanistas de todos os continentes, e pelos historiadores em particular.

O ensino da história da África apresenta, pois, múltiplos problemas específicos de interpretação com os que o pesquisador nunca se defrontará ao percorrer a história dos outros povos do planeta; povos cuja inteligência, dinamismo, capacidade de empreender, apreende e de adaptar-se às condições e meios diversos jamais foram questionadas. Por exemplo, nunca se questionou se os povos leucodermes da Europa e do Oriente Médio (semitas), os povos sino-nipônico-mongóis da Ásia setentrional e meridional, ou os povos mongolóides indígenas das Américas, criaram ou não com suas próprias mãos as suas civilizações. Se aceita facilmente que eles desenvolveram formas de escrita, construíram impressionantes complexos arquitetônicos, realizaram descobertas científicas, ou criaram sistemas filosóficos e religiosos originais e,

de modo geral, protagonizaram suas respectivas históricas sem intervenção de forças externas.

No entanto, no caso da África, chegou-se a afirmar que a civilização do Egito faraônico tivesse sido “trazida de fora” por misteriosos povos “de pele branca”, supostamente vindos do Oriente Médio. Ou que as outras antiqüíssimas civilizações do continente (Kerma, Kush-Meroé, Axum, Mwenemotapa) tinham sido, presumivelmente, a obra de uma “raça camita” que até hoje a ciência não consegue localizar em região alguma do planeta. O Egito faraônico foi sumariamente “amputado” da África e colocado ora na esfera histórica do Mediterrâneo Europeu, ora na esfera histórica do Oriente Médio ou da África do norte, até que um intrépido historiador contestasse virulentamente tamanha impostura de caráter racista¹³. Numídia e Cartago sofreram desde então a mesma sorte, e a África foi *ideologicamente* dividida entre uma “África negra” e uma “África branca”, para marcar a coincidência entre o conceito de raça e o conceito de civilização.

É somente quando se trata da África que surgem descrições comparativas racializadas: “egípcios e negros” ou “núbios e negros” (como se os egípcios e núbios da antiguidade não tivessem sido negros), “camitas e negros”, “berberes e negros”, “árabes e negros”. Os povos africanos ao sul do Saara foram apresentados, por sua vez, durante longo tempo, como gente “sem história”, “sem escrita”, “sem estados”, e “sem moeda”, ou seja, sociedades desprovidas de coerência orgânica. Sabe-se que na ótica materialista, hegemônica e linear do Ocidente e do Oriente médio, a expressão “escrita”, a organização em “estados” e a utilização de “moeda” são sinônimos de inteligência, superioridade e civilização. Os povos que não cumprirem esses requisitos seriam no olhar de muitos pesquisadores, “primitivos” abortos da humanidade, aptos para o lixo histórico.

Outro estratagema urdido pelos historiadores racistas da Europa e do Oriente médio, e que encontra eco nas suas dependências acadêmicas na “América Latina”, é o emprego de uma vasta terminologia raciológica e

¹³ Ver: DIOP, Cheikh Anta. **Nations nègres et Culture**. Paris: Présence Africaine, 1954, 1964, 1979. Infelizmente, até hoje esse incontornável clássico, que mudou radicalmente o rumo das pesquisas sobre o Egito faraônico, ainda não foi publicada em espanhol ou em português.

depreciativa para designar os povos melanodermes: “negróide”, “negrilho”, “negrito”, “bushman” (ou seu derivado “bosquímano”)¹⁴.

Cabe ressaltar o fato de que nunca foram inventados termos racializados correspondentes para designar as realidades dos povos europeus, semitas ou asiáticos. Com efeito, as disciplinas antropológicas, etnológicas ou históricas carecem de designações tais como “brancóide” ou “branquinho”, “semitóide” ou “semitinho”, e muito menos “amarelóide” ou “amarelinho”.

A racialização de tudo o tocante à África é uma prática tão universalmente insidiosa, que os próprios historiados nem a percebem mais como um elemento de violenta desumanização do ser humano africano.

Sobre essas bases movediças que atentam contra o rigor científico assentaram-se durante vários séculos os estudos sobre a África. Tais estudos alimentaram o saber acadêmico, religioso e filosófico das sociedades do globo até o início da descolonização do continente, no final da década de 1950, alastrando-se até hoje. É por isso que, apesar do acúmulo de estudos mais recentes e das descobertas revolucionárias destes últimos dez anos, os oito volumes produzidos e publicados pela UNESCO, nos anos oitenta, sob a autoridade de um Comitê Científico Internacional¹⁵ para a Redação de uma História Geral da África, continuam plenamente vigentes e atuais. Com efeito, esses volumes apresentam uma visão panorâmica, diacrônica e objetiva desse continente, rompendo com a racialização binária sistemática.

Entretanto, ainda hoje, a visão raciológica continua a afetar boa parte das obras consagradas ao continente africano, tanto na Europa e nos Estados Unidos, como também no Oriente Médio e na América Latina onde, de modo geral, os incipientes estudos africanistas são, frequentemente, meras

¹⁴ Essas categorizações, altamente prejudiciais, têm sido incorporadas, às vezes, até nas obras de certos historiadores africanos que, normalmente, se supõe que deveriam estar mais atentos que os outros aos conteúdos falsos e racistas.

¹⁵ O Comitê Científico Internacional, responsável intelectual da obra, era formado por 39 membros, 2/3 deles africanos e 1/3 não africanos. No Brasil a editora Ática traduziu e publicou os volumes: 1. Metodologia e pré-história da África, coordenado por J. Ki-Zerbo; 2. A África antiga, coordenado por G. Mokhtar; 4. A África do século XII ao século XVI, coordenado por D.T.Niane e 7. A África sob dominação estrangeira, 1880-1935, coordenado por A. Adu Boachen.

prolongações dos conceitos e preconceitos urdidos pela academia européia e norte-americana.

É dentro desse marco paradigmático, e atendendo às múltiplas questões de compreensão/interpretação que ele suscita e impõe, que também deverão ser enxergados e abordados os problemas epistemológicos, metodológicos e didáticos em relação ao ensino da história da África.

3. PROBLEMÁTICA METODOLÓGICA

3.1. Para uma metodologia específica

Poder-se-ia dizer que o ensino da história da África não pode fugir das práticas metodológicas geralmente aplicadas no ensino da história de outras partes do globo. Temos visto, no entanto, que a história altamente complexa da África e de seus povos, possui características singulares que não afetaram a história de outras regiões.

Por causa dessas singularidades já assinaladas, é imprescindível adotar uma abordagem transversal, trans-disciplinar e de longa duração, baseada em uma dupla diacronicidade, a saber: a) diacronicidade intra-continental, b) diacronicidade extra-continental.

3.2. Diacronicidade continental e mundial

A África deve ser estudada a partir de suas próprias estruturas, analisando-as em função das inter-relações dentro do continente, mas também em relação ao mundo extra-africano. Somente assim se poderão descobrir as múltiplas maneiras pelas quais a evolução dos povos africanos interferiram e/ou influenciaram eventos nas diversas sociedades do mundo e não somente o inverso, como se dá o caso até agora. Um enfoque diacrônico que privilegie tanto as relações intra-africanas como a interação do continente com o mundo exterior permitirá dar conta de fenômenos e de períodos que ainda se mantêm na escuridão e são lacunas do conhecimento mundial.

Isolar a história da África da história do resto do mundo, como ainda continua sendo feito em muitas instâncias, equivale a contribuir para a opacidade da própria história dos povos extra-africanos, além de colocar a

história dos povos africanos numa situação de ininteligibilidade histórica total. Para fugir desse atoleiro, não há muitas opções fora do restabelecimento dos complexos nexos existentes entre a história dos povos africanos entre si, desde a mais alta antiguidade até o presente, assim como restabelecer os nexos entre África e mundo exterior.

Talvez o “período escuro” de maior importância para a compreensão da história do continente seja o do final do segundo milênio a.C. Sabemos que, *grosso modo*, foi nesse período que ocorreram as grandes migrações de povos euro-asiáticos para o seu habitat atual, tanto na Europa como na Ásia. Sabemos também que essas grandes migrações, realizadas à custa das populações autóctones dessas regiões, chegariam a afetar de maneira letal as civilizações do mundo antigo.

Difícilmente se poderá proceder ao levantamento histórico africano isoladamente desses acontecimentos mundiais.

3.3. A persistente tradição linear-anedótica

A abordagem histórica do continente africano na ausência de parâmetros diacrônicos, no sentido intra-continental e extra-continental assinalados, desemboca necessariamente no reducionismo simplificador próprio à tradição linear-anedótica que ainda aprisiona a historiografia africana.

Abundam as obras que apresentam a história da África numa recitação linear, desprovida de dinamismo social orgânico, e sem interconexões das sociedades africanas entre si, ou com as sociedades extra-africanas. Desse enfoque emerge um quadro sem profundidade social, pois privilegia as ações individuais de eminentes monarcas, as grandes batalhas e conquistas militares sobre inimigos circunstanciais.¹⁶

A abordagem linear-anedótica direciona a atenção, freqüentemente laudatória, à nobreza dominante em detrimento de uma análise transversal do conjunto social. Ao contrário, um enfoque que privilegie a interação contraditória das classes e agremiações sociais, mostrando os mecanismos

¹⁶ Embora a rica tradição preservada nos repertórios dos griôs seja de uma importância capital na reconstituição da história específica dos povos e um importante baluarte da memória coletiva, não se pode perder de vista que ela forma parte desta linhagem historiográfica, apresentando os mesmos inconvenientes.

internos de exploração, de dominação e de coerção, assim como os conflitos decorrentes do choque de interesses variados se revela muito mais fecundo e suscetível de refletir as realidades concretas.

Há critérios divergentes sobre como direcionar metodologicamente os estudos sobre a África, dependendo dos diferentes níveis de ensino. Para muitos é necessário manter um enfoque linear-anedótico – no estilo dos Griôs – para níveis correspondentes ao ensino fundamental. Mas há concordância, mais ou menos geral, de que, a partir do ensino médio, deve-se passar para uma visão de maior complexidade, centrada num estudo das dinâmicas internas, para elucidar a especificidade dos povos. O ensino médio é a porta de entrada para o mundo acadêmico, portanto espera-se que nesse nível a história africana já seja abordada de forma complexa.

4. Em busca de uma síntese metodológica

O empenho eurocêntrico deixou um legado raciológico que ainda hoje continua dominando os estudos africanos, constituindo um sério obstáculo para a elucidação da realidade histórica desse continente. Esse obstáculo somente cederá diante da ingenuidade criativa, o rigor científico e a curiosidade investigativa do pesquisador ou docente.

Um início de solução se encontra no confronto e cruzamento das metodologias utilizadas pelos mais sólidos historiadores africanos. Temos em mente, especificamente, pesquisadores tais como: Joseph Ki-Zerbo¹⁷, Cheikh Anta Diop¹⁸, Elikia M'Bokolo¹⁹, Boubakar Barry²⁰, J. F. A. Ajayi²¹, Sekene Mody

¹⁷ Ver: KI-ZERBO, Joseph, **Historie de l'Áfrique Noire**. Paris: Hatier, 1978.

¹⁸ Ver: DIOP, Cheikh Anta, **L'Afrique noire précoloniale**. Paris: Présence Africaine, 1960, 1987; **Antériorité des civilisations négres, mythe ou vérité historique?**. Paris: Présence Africaine, 1967, 1993.

¹⁹ Ver: MBOKOLO, Elikia, **África Negra. História e Civilizações**, tomo I (até o Século XVIII). Lisboa: Vulgata, 2003.

²⁰ Ver: BARRY, Boubakar, **Le royaume du Wallo. Le Senegal avant la conquête**. Paris: Karthala, 1985.

²¹ Ver: AJAYI, J. F. Ade, **General History of Africa: Africa in the Nineteenth Century Until the 1880s**. Los Angeles: University of California Press, 1998; **People and Empires in African History: Essays in Memory of Michael Crowder**. London: Longman, 1992.

Cissoko²², Théophile Obenga²³ e Pathé Diagne²⁴. Apesar de divergirem entre si em muitos aspectos, eles convergem o suficiente nas áreas fundamentais para que de seus trabalhos se desprenda uma epistemologia comum. Portanto, a definição dos pontos de convergência entre estes diversos autores permite-nos conceber uma nova base metodológica suficientemente abrangente e flexível para enxergar as realidades do continente na sua totalidade geográfica.

4.1. Exigências analítico-interpretativas

As abordagens historiográficas de Ki-Zerbo, Diop, Ajayi, Obenga, Cissoko, M'Bokolo e Diagne coincidem suficientemente em torno da questão das exigências analítico-interpretativas requeridas para a compreensão da evolução das sociedades africanas. Esses autores fazem uma análise diferenciada de cada uma partindo do marco referencial comum a todas elas. Poder-se-ia resumir essas exigências simplificando-as um pouco, da seguinte maneira:

- enfoque histórico-temporal de longa duração;
- diacronicidade continental;
- preeminência histórica absoluta e exclusiva do continente africano na emergência da humanidade, na sua configuração tanto antiga como moderna e no povoamento do planeta;
- anterioridade histórica da civilização egípcio-núbio-meroítica;
- evolução multilinear das sociedades africanas a partir de matrizes político-econômicas, filosófico-morais e lingüístico-culturais comuns;
- delimitação de fases específicas de evolução sócio-histórica, segundo momentos socioeconômicos precisos;
- enfoque societário centrado na estratificação social, nos modos de produção e nas estruturas políticas;

²² Ver: CISSOKO, Sekene Mody, **Histoire de l'Afrique occidentale. Moyen Age et Temps Modernes (VII^e siècle-1850)**, Paris: Présence Africaine, 1966.

²³ Ver: OBENGA, Theophile, **Contribution à l'histoire traditionnelle de l'Afrique centrale**, Paris: Présence Africaine, 1976.

²⁴ Ver: DIAGNE, Pathé, **Pouvoir politique traditionnel en Afrique occidentale: Essais sur les Institutions politiques précoloniales**. Paris: Présence Africaine, 1967.

- delimitação das evoluções societárias segundo espaços geo-civilizatórios específicos;

Os grandes marcos referenciais que obedecem a critérios históricos e paleontológicos comprovados, em relação aos quais existe certa unanimidade, podem resumir-se a esses oito pontos de demarcação histórica propriamente africana. Os pontos de convergência entre esses cinco historiadores podem constituir uma base que nos permita evocar uma “metodologia Diop-Ki-Zerbo-M´Bokolo-Obenga-Diagne” para a abordagem da história da África? Pensamos que sim. Ela consistiria na definição dos seguintes aspectos como constitutivos da inteligibilidade histórica especificamente africana:

- periodização de longa duração (começando com o próprio processo de hominização);
- configuração de espaços geo-civilizatórios singulares;
- análise societária centrada na *atividade* principal de produção (coleta, caça, pastoreio) como determinante do grau de complexidade das relações sociais;
- análise societária centrada na *estratificação* da sociedade em agregados de interesses diferenciados;
- análise societária centrada no *modo de produção*, como estrutura fundamental da sociedade classista;
- Análise societária centrada nas estruturas de poder e comando político

Com base nesses seis critérios iremos erigir esquemas analíticos flexíveis com o intuito de incorporar ao máximo a imensa complexidade histórica e social africana, respeitando o lugar que ocupa cada povo – no espaço e no tempo – na sua própria inscrição histórica.

4.1.1. Definição de “espaços civilizatórios”

A complexidade social, aliada à massividade e à extrema diversidade eco-geográfica do continente africano, impõem a necessidade de enxergá-lo analiticamente através da noção de “espaço civilizatório” como lócus das interrelações fundantes da sociedade. Atendendo considerações que aliam tanto a identificação das continuidades geo-lingüístico-culturais atuais quanto

as delimitações de espaços político-culturais antigos, podem ser definidos, para começar, pelo menos quinze grandes “espaços civilizatórios” africanos surgidos de uma evolução humana que parte do período neolítico (10.000 a.C). A saber:

- núbio-egípcio-kushita
- etíope-somálio-axumita
- ugando-ruando-burundês
- tanzano-queniano-zairiano
- zimbábua-moçambicano
- botswano-azaniano
- madagascar-comoriense
- namíbio-zambiano
- congo-angolano
- nígero-camaronês
- ganeano-burkino-marfinense
- senegalo-guineo-maliense
- mauritano-saeliano
- marroco-numídeo-cartaginês
- chado-líbio

Esse corte analítico, de natureza ao mesmo tempo histórica, cultural e espacial, infere imbricações osmóticas de todo tipo, que contrastam com a visão de “estanqueidade” que muitos estudos africanistas persistem em veicular.

4.1.2. Análise societária centrada no modo de produção, nas estruturas políticas e nas relações segmentárias

:

As sociedades africanas podem ser analisadas a partir de uma identificação baseada:

I) no modo de sustentação da vida material e social em relação à função produtiva principal:

- caça-coleta nômade
- pastoreio nômade
- agro-pastoreio

- agro-manufatura

II) nas estruturas de poder e de comando político:

a) Estados:

- agro-burocracia abrangente (pluri-étnica)
- agro-burocracia restrigente (mono-étnica)

b) Chefaturas:

- Chefatura confederada (multi-clânica)
- Chefatura básica (uni-clânica)

III) nas formas de estratificação social em agregados diferenciados, hierárquicos ou horizontais:

- agremiações sociais fechadas²⁵ (de gênero, de idade, de casta)
- agremiações sociais abertas (classes)

A partir desse esquema geral, pode-se partir para uma delimitação dos períodos históricos de longa duração que correspondem à evolução singularmente africana. Dividimos esse enorme período em três “marcos referenciais” – Antigo, Formador e Moderno – nos quais privilegiamos os seguintes elementos:

- ciência, tecnologia, religião, artes e filosofia;
- organização socioeconômica e lutas sociais
- interação das famílias linguísticas africanas;

6. Para uma nova periodização africana (antiga e moderna)

A periodização é um padrão conceitual que facilita a apreensão de uma longínqua trama histórica ou pré-histórica, tornando-a inteligível para nós. Ela é

²⁵ Trata-se daquelas agremiações que, tradicionalmente, foram batizadas de “organizações secretas”, apelação que abandonamos em favor do termo “sociedade fechada”, cunhado por Kabenguele Munanga, que é muito mais apropriado à natureza e funções desse tipo de agrupamento social.

necessariamente arbitrária porquanto surge de uma necessidade de ordem e de delimitação por parte do pesquisador. Se descartarmos definitivamente o conceito de “pré-história” no que diz respeito à África posterior a 2,5 milhões de anos atrás, o ciclo histórico de qualquer periodização se iniciaria logicamente nesse continente com a aparição da primeira humanidade arcaica como espécie diferenciada dentro da família dos homínídeos. No estado atual de nossos conhecimentos, esse evento aconteceu efetivamente pelo menos há 2,5 milhões de anos. Somente uma periodização de *longa duração* poderia refletir esses fatos históricos, que a ciência moderna legitima, e convir àquelas singularidades que são próprias à historiografia africana.

Por suposto, há varias formas de abordagem para potencializar a inteligibilidade desses grandes períodos de uma história de tal extensão. Aquela que propomos consiste num padrão de periodização que levaria em conta:

- o processo de hominização;
- o povoamento do continente africano pela humanidade arcaica;
- os êxodos do continente e o subsequente povoamento do planeta;
- os processos de migração intra-africana, sedentarização e assentamento agrícola;
- o processo da construção dos primeiros Estados agroburocráticos da história;
- as lutas e rivalidades políticas entre povos e nações africanas, os expansionismos intra-africanos desde a antiguidade nubio-egípcia até a contemporaneidade;
- as invasões do exterior;
- a conquista e colonização árabe da África setentrional;
- os tráficos negreiros intra-continentais e transoceânicos;
- os processos de desintegração de espaços sócio-históricos constituídos e, conseqüentemente, os processos de regressão social;
- a conquista e colonização europeia de todo o continente africano;
- as lutas de libertação e a descolonização da África;

- as lutas da pós-independência.

Nesse caso, o enfoque deveria estar direcionado para a análise de cada um dos quinze espaços geo-civilizatórios especificados, no enquadramento dos seis marcos referenciais de periodização definidos, a saber, Antiguidade Próxima, Antiguidade Clássica, Antiguidade Neoclássica, Período Ressurgente, Período Colonial e Período Contemporâneo. Parece-nos que essa abordagem apresenta a vantagem de um enfoque panorâmico que, sem desnaturar ou desfigurar a experiência histórica dos povos africanos, coloca-os numa posição de maior inteligibilidade para o estudo por parte daqueles que inclusive não possuem, ao início, uma grande familiaridade com essas questões.

6.1. O marco referencial antigo

6.1.1. Antiguidade Pré-histórica (7.000.000 a.C - 2.500.000 a.C)

- o processo de hominização e a aparição de várias espécies de Hominídeos.

6.1.2. Antiguidade Remota I (2.500.000 a.C – 1.000.000 a.C)

- surgimento, sucessivamente, de dois troncos prototípicos da família humana arcaica (*Homo Habilis*, *Homo Erectus*) e primeiras migrações fora da África (Oriente Médio, Ásia);

6.1.3. Antiguidade Remota II (1.000.000 a.C – 200.000 a.C)

- surgimento da família humana proto-moderna (*Homo Sapiens Neandertalensis*) e migrações para o Oriente Médio e a Europa.

6.1.4. Antiguidade Remota III (200.000 a.C – 10.000 a.C)

- surgimento da família humana anatomicamente moderna (*Homo Sapiens Sapiens*); povoamento definitivo do planeta por levadas sucessivas a partir da África.

- aparição de novos “truncos fenotípicos” na Eurásia (proto-europóides e proto-sino-nipônico-mongóis);
- migrações dos povos leucodermes europóides;
- migrações dos povos leucodermes sino-nipônico-mongóis

6.2. O marco referencial formador

De modo geral, o Neolítico se apresenta como o momento em que os ancestrais imediatos das famílias lingüísticas correspondentes aos povos e sociedades que conhecemos atualmente chegaram aos *habitats* que ocupam hoje. Embora ainda não tenhamos um desenho geral concreto sobre esse período, com a abrangência e a meticulosidade que se requer, sabe-se que “os ecossistemas atuais do continente africano se constituíram entre 12.000 e 3.000 anos (...), dando ao continente essa configuração ambiental que explica o desenvolvimento das práticas agrícolas”. (M'BOKOLO, 2003:51). Por isso privilegiamos o neolítico como o ponto de referência para determinar aquelas configurações histórico-demográfico-culturais que designamos como “espaços geo-civilizatórios”.

Atentos ao fenômeno de longa continuidade na ocupação do solo e das complexas dinâmicas migratórias intra-continentais, parece-nos apropriado utilizar o período que vai desde o início do Neolítico (10.000 a.C) até meados do século XIX, como o grande marco histórico referencial para uma periodização suficientemente flexível. Atendendo a essas considerações, a historiografia africana dos últimos dez milênios pode conceber-se no interior de cinco grandes períodos, respectivamente denominados como “clássico”, “neo-clássico”, “ressurgente”, “colonial” e “contemporâneo”.

6.2.1 Antiguidade Próxima (10.000 a.C – 5.000 a.C)

Aparição das primeiras sociedades sedentárias agrícolas nos diferentes espaços geo-civilizatórios.

6.2.2. Antiguidade Clássica (5.000 a.C- 200 d.C)

Aparição, apogeu e declínio das primeiras civilizações agro-burocráticas clássicas.

Egito, Kerma, Napata, Kush-Meroe, Cartago, Axum: primeiras potências africanas

- organização social;
- extensão imperial;
- rivalidades políticas inter-africanas;
- invasões pelos povos europeu-mediterrâneos (“povos do mar”);
- invasões pelos povos semitas (hicsos);
- rivalidade com o mundo semita emergente (hititas, assírios, persas);
- confrontações com o mundo greco-romano..

6.2.3. Antiguidade Neo-clássica (200 d.C - 1.500 d.C)

Aparição, apogeu e declínio dos Estados agro-burocráticos neo-clássicos nos diferentes espaços geo-civilizatórios (Ghana, Kanem-Bornu, Mali, Mwenemotapa, Mali, Songoi...)

O império árabe e os tráficos escravistas pelo Saara, pelo Oceano Índico e pelo Mar Vermelho (séculos VIII-XVI).

6.3. O marco referencial moderno

6.3.1 Período Ressurgente (1500 – 1870)

Aparição, apogeu e declínio dos Estados agro-burocráticos ressurgentes nos diferentes espaços geo-civilizatórios (Kongo, Oyo, Walo, Tekrur, Macina, Segu, Kayor, Diolof, KwaZulu, Buganda, Bunyoro...)

A dominação imperial europeia e o tráfico escravista transoceânico pelo Atlântico (séculos XV-XIX).

6.3.2. Período Colonial (1870 – 1960)

A destruição pela Europa dos Estados agro-burocráticos ressurgentes e a colonização do continente africano.

O processo de subdesenvolvimento do continente africano pela Europa e o surgimento da supremacia planetária do mundo ocidental.

As lutas dos povos africanos pela descolonização do continente e o surgimento da ideologia panafricanista na África e nas diásporas africanas.

6.3.3. Período Contemporâneo (a partir de 1960)

Do sonho libertacionista ao pesadelo neo-colonialista

As independências políticas africanas: a decapitação política da África e a implantação do neo-colonialismo ocidental.

A África em crise I: as elites vassalas.

A África em crise II: os conflitos entre nações.

O futuro da África: globalização neo-liberal, ou invenção de uma via alternativa?

7. Como catalogar as estruturas sociais africanas

7.1. As formações sociais, ou modos de produção

Diversas e complexas estruturas sócio-econômicas, chamadas de “modos de produção” ou de “formações sociais”, marcaram a vida social dos diferentes povos africanos através dos tempos. Por diversas razões, nem todas das quais nos são conhecidas, essas sociedades se encontram hoje em diferentes situações de adaptação socioeconômica e tecnológica. Existem casos, por exemplo, de povos outrora sedentários e agrícolas que se reconverteram em caçadores-coletores devido a invasões e agressões perpetradas contra suas sociedades.

Todas essas sociedades surgidas do fundo dos tempos, eclodiram na composição de mais de 2000 sociedades que compõem atualmente o universo africano. Como defini-las estruturalmente constitui um dos maiores quebra-cabeças para os africanistas.

Um momento único de desenvolvimento humano, em que todos os 2000 e tantos povos estivessem no mesmo patamar socioeconômico e tecnológico nunca existiu na África, como não se deu também nas outras regiões do

mundo. Desde o Neolítico, povos pastoris, agricultores sedentarizados e povos caçadores, adaptados à vida nas florestas, têm coabitado nos mesmos espaços. Grandes espaços dominados por estados burocráticos potentes sempre coexistiram com agremiações étnicas, clânicas ou com confederações tribais. Portanto, a maneira mais racional e dinâmica de se abordar o problema, parece-nos ser de considerar cada povo e as instituições por ele produzido ao longo do tempo, no contexto da sua própria inscrição histórica.

O primeiro pressuposto a descartar é, sem dúvida, uma ótica unilinear e universal, como a que surgiu do dogmatismo marxista a partir dos desacertos da própria metodologia de Karl Marx²⁶. Nem dentro nem fora da África houve um modo de desenvolvimento histórico universalmente linear. A história da humanidade, felizmente, é bem mais complexa do que isso, como o demonstrou o cientista senegalês Cheikh Anta Diop²⁷.

É nessa fase das preocupações que surge a espinhosa questão do lugar que ocuparam, desde a alta antiguidade egípcio-núbia até o século XIX, as estruturas servis de exploração socioeconômica, tais como as formas diferentes de trabalho *escravo*, seja para a produção de serviços, seja para a produção de mercadorias de uso ou de exportação, seja como “mercadoria de câmbio” para o comércio exterior ou intra-comunitário.

7.1.1. As categoriais servis

Apesar da enorme produção analítica sobre a escravidão no mundo inteiro, não chegou-se até hoje a uma teoria geral sobre a escravidão que seja suficientemente abrangente e flexível para permitir o desmembramento tipológico desse sistema particular de trabalho opressor atendendo às especificidades de épocas e de sociedades²⁸.

²⁶ Ver: Jean Baechler. **Les origines du capitalisme**, Paris: Gallimard, 1971.

²⁷ Cheikh Anta Diop, **L'Unité Culturelle de l'Afrique Noire**, Paris: Présence Africaine, 1959.

²⁸ Com relação à Europa, a obra seminal é: VERLINDEN, Charles, **L'Esclavage dans l'Europe Médiévale**, Bruges: De Tempel, 1955. Ver também: DAVIS, David Brion, **O Problema da Escravidão na Cultura Ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. FINLEY, Moses I., **Escravidão Antiga e Ideologia Moderna**. Rio de Janeiro: GRAAL Editora, 1991. BAKIR, Abd el-Mohsen, **Slavery in Pharaonic Egypt**. Cairo, 1952. CHANANA, Dev Raj, **Slavery in Ancient Índia: as Depicted in Pali and Sanskrit Texts**. New Delhi, 1960. MENDELSON, Isaac, **Slavery in the Ancient Near East: a Comparative Study of Slavery in Babylonia, Assyria, and Palestine, from the Middle of the Third Millennium to the End of the First**

A África, no seu percurso de estruturação de diferentes formas de relações sociais, conheceu diversos modelos de relações de trabalho e de produção baseados no trabalho servil escravo²⁹. A questão que continua sendo o problema é: de que tipo de escravatura se trata? Pode-se conceber uma tipologização de formas africanas de trabalho servil à base de escravos?

A escravização de um ser humano por outro ser humano, seja qual for a razão ou ocupação à qual estaria destinada tal força de trabalho, é sempre uma das expressões mais cruéis da dominação na história da humanidade. Certamente, essa forma de exploração, que arranca ao ser humano o direito à sua dignidade inata, é odiosa e condenável sem apelo.

A escravatura existente na África, principalmente no período pré-islâmico e pré-colonial, continua a desafiar as tentativas de tipologização, sendo motivo das mais divergentes e contraditórias análises.³⁰ Todo o assunto gira em torno à questão: houve escravatura *sem sistema escravista* que englobasse a totalidade da sociedade na África? Com base na pesquisa cada vez mais precisa que está sendo realizada pelos especialistas africanos, começa a emergir uma visão que remete a uma complexidade maior do que se pensava.

As formas de regime de trabalho escravo na África foram tão variadas quanto complexas envolvendo, na sua maioria, o trabalho escravo *serviçal*, sem se chegar nunca a uma situação de *escravidão econômica generalizada* e, muito menos, de *escravidão-racial* como aquela que predominou nos *plantation* do Oriente Médio e, mais tarde, das Américas. As formas autóctones de escravidão que existiram no continente africano até o advento do islã no século IX e a conseguinte perturbação profunda da ordem estrutural interna foram do tipo doméstico-serviçal com pouca extensão para a esfera da produção econômica. Essa situação tenderia a mudar com a crescente “arabização” e

Millennium. Nova York: Oxford University Press, 1949. WESTERMANN, William L., **The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity**. Philadelphia: American Philosophical Society, 1974. Sobre a Ásia, ver: WILBUR, C. Martin, **Slavery in China during the Former han Dynasty, 206B.C.-A.D. 25**. Chicago: Field Museum of Natural History, 1943.

²⁹ Sobre a escravatura africana, ver o excelente trabalho: MEILLASSOUX, Claude, **Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995; (org.)

³⁰ Ver: MEILLASSOUX, Claude, **L’esclavage en Afrique précoloniale**. Paris: Maspéro, 1975. BARRY, Boubakar, **Le royaume du Wallo**, Paris: Karthala, 1985; **Le Senegal avant la conquête**. Paris: Karthala, 1985; CISSOKO, Sekene Mody, **Tombouctou et l’Empire Songhay**. Dakar: Nouvelles Editions Africaines (NEA), 1975.

“islamização” das estruturas sociais africanas, como o demonstra o caso do império Songai, sem no entanto atingir, em qualquer época, uma formação social englobante sobre a qual repousasse o conjunto da sociedade, o que a caracterizaria *ipso facto* como *sistema dominante*.

No estado atual de nossos conhecimentos, nada autoriza a afirmação de que as formas africanas de escravidão se acercam àquelas desenvolvidas na Europa, desde a época greco-romana até o final da Idade Média, já estudadas por Charles Verlinden³¹, ou àquela praticada no Oriente Médio a partir do século IX, já evocada, entre outros, por Bernard Lewis.³² As formas de escravidão propriamente africanas³³ também não podem ser confundidas com o modelo desenvolvido nas Américas (*escravidão racial*), a partir do século XVI. O esforço de Paul E. Lovejoy³⁴ tendente a demonstrar a existência na África de um *modo de produção* escravista de caráter dominante, não nos parece suficientemente convincente para mudar essa conclusão.

Desde o início das primeiras entidades burocráticas africanas, no vale do Nilo, no período clássico, até à chegada dos árabes no século VII e à chegada dos europeus no século XV, a condição de escravo correspondeu a uma *categoria social* entre várias outras, e não foi de nenhum modo, nem socialmente dominante, nem demograficamente preponderante. Isso quer dizer que a condição servil escrava, seja doméstico-serviçal, burocrático-militar ou econômico-produtora, correspondeu a uma definição estritamente social, independentemente do juízo que nós possamos, e devemos, ter sobre essa forma de estratificação da sociedade.

A menos que se possa demonstrar o contrário em base a uma análise rigorosamente afincada nas estruturas concretas, a África não conheceu um modelo único, perene, e muito menos dominante, de estruturas servis

³¹ VERLINDEN, Charles, *op. cit.* Vol 1 e Vol 2. Grent: De Tempel, 1977.

³² Bernard Lewis, **Race and Slavery in the Middle East**, London: Oxford University Press, 1994.

³³ Naturalmente, excluímos desta consideração o caso da África setentrional conquistada e povoada pelos árabes, onde foi imposta e praticada em grande escala a escravidão racial oriunda do Oriente Médio árabe-semita.

³⁴ Paul E. Lovejoy, **A escravidão na África. Uma historia de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

baseadas na escravidão. Não parece haver surgido em parte alguma do continente, em qualquer época que se considere, um *modo de produção dominante* – sobre o qual tivesse repousado o conjunto da sociedade, como foi o caso na Europa greco-romana, no Oriente Médio, e nas Américas – baseado no trabalho escravo.

Como definir a instituição da escravatura conhecida no continente africano desde a época egípcio-kushítica faraônica até os alvares do século XIX? Um número crescente de africanistas, africanos e extra-africanos, têm se empenhado, ultimamente, nessa tarefa, mais os resultados até agora, restam inconclusivos. Em muitos casos, a análise parece “forçada” e, às vezes, francamente atentatória à verdade histórica. Outros objetivam demonstrar que as formas africanas de escravidão eram similares, se não piores, às da escravidão racial das Américas, às da escravidão greco-romana, e às da Europa medieval ou às do Oriente Médio. Não obstante o caráter manifestamente ideológico que poderiam ter algumas dessas abordagens, ou as razões extra-acadêmicas que poderiam consubstanciá-las, o tema de como catalogar as estruturas escravistas propriamente africanas deverá ser analisado como uma exigência a mais do conhecimento histórico geral da África.³⁵

No futuro, essas indagações deverão estar ao centro dos esforços investigativos, sem idealizar de modo algum as estruturas pré-islâmicas e pré-coloniais dos povos africanos, a fim de elucidar as grandes questões suscitadas pelo percurso e o destino tão singular do continente africano. Em todo caso, com a queda final do continente africano, há cinco séculos, o mundo despencou na barbárie³⁶ planetária, marcada pelos genocídios

³⁵ Ultimamente, à medida que é trazida à tona, pelos africanos e pelas diásporas afrodescendentes, a questão de reparações para o continente africano pelos tráfico negreiros desenvolvidos em grande escala pelos árabe-semitas do Oriente Médio e os Europeus do Ocidente, observa-se uma tendência crescente em certos meios acadêmicos, particularmente norte-americanos, à banalização da natureza holocáustica desses tráfico e da própria escravatura racial das Américas. Esse fenômeno que, por sua vez, não parece estar desvinculado do surgimento de tendências unilateralistas nas relações internacionais como consequência da queda do império soviético, é possivelmente uma das várias manifestações do auge de uma nova ordem planetária homogeneizadora e dispensadora de um pensamento único. Ver nesse sentido: John Thornton, **A África e os Africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

³⁶ Ver: Cheikh Anta Diop, **Civilisation ou Barbarie**, Paris: Présence Africaine, 1981.

americanos, o gigantesco tráfico negreiro Atlântico, a imposição da *escravidão racial* nas Américas, a extensão imperialista da Europa sobre o resto do mundo e, naturalmente, o surgimento da atual ordem capitalista mundial e a conseguinte planetarização do racismo.

9. PROBLEMÁTICA DIDÁTICA

9.1. As fontes de ensino

É possível antecipar que a implantação do ensino da história da África no Brasil apresentará problemas que também tiveram que ser enfrentados e resolvidos no continente africano. Considerando a visão negativa sobre a África que predominou na sociedade brasileira durante tanto tempo, o primeiro desses problemas e, talvez, o de maior significância, tem a ver com o pesado legado de fontes bibliográficas eruditas “poluídas”.

Trata-se aqui do problema de “retroalimentação”, ou seja, da re-introdução no ensino contemporâneo de teorias desacreditadas pelos estudos científicos. Ora legitimadas por novos argumentos, ora envoltas nestas latitudes numa nova roupagem acadêmica, não é inconcebível que a maioria das obras sobre a África estejam *sutilmente* imbuídas de tenazes e profundos preconceitos contra os povos e as civilizações africanas. O pesado legado dos séculos que corresponderam aos momentos mais trágicos da história dos povos da África renasce constantemente de suas próprias cinzas. Com efeito, esse é um dos maiores problemas que afeta o ensino da história da África no mundo inteiro.

Quando a UNESCO tomou a decisão pioneira de redigir a História Geral da África (8 volumes), se defrontou com esse tipo de problema. Por isso, é necessário ter uma idéia precisa de quais obras apresentam o maior grau de objetividade científica e o menor risco de transposição, para o universo do ensino, das teses preconceituosas e das informações infundadas de outrora.

9.2. A avaliação das fontes de ensino

Há em toda a América Latina uma carência de material didático sobre a África, em línguas portuguesa e espanhola. Esta questão não será resolvida

tão cedo, considerando que a tradução e publicação das obras está submetida a considerações de mercado e da política das grandes editoras. Corre-se o grande risco de que se privilegiem para a tradução em língua portuguesa, precisamente, obras preconceituosas ou *desatualizadas*, situação com a qual haverá que coexistir durante um longo tempo.

Nortear os estudos sobre a África em função de todas as considerações expostas, exige repousar o esforço didático sobre um corpo de obras interdisciplinares desprovidas de preconceitos raciológicos ou ideológicos e que respeitem a verdade histórica. Essas obras, que devem responder a vários critérios entrelaçados que garantam sua confiabilidade, poderiam ser selecionadas, possivelmente com a assistência da UNESCO, por um painel pluridisciplinar de especialistas com comprovada familiaridade com as realidades africanas e com sólidos conhecimentos da bibliografia sobre o continente. Isso permitiria estabelecer uma ordem de prioridades das obras a serem traduzidas e que poderiam servir de bibliografia mínima norteadora sobre a história da África.³⁷

9.3. Obras dos cientistas africanos

Até os anos sessenta do século XX, a produção sobre a história da África esteve inquestionavelmente monopolizada por africanistas europeus, americanos e árabes, majoritariamente imbuídos de uma visão fundamentalmente essencialista e raciológica. Essa tendência tem diminuído em parte, mas não desaparecido, com o crescimento exponencial de especialistas e cientistas africanos dedicados ao estudo do passado de seu próprio continente. Esse novo desdobramento da situação, que contribui para a superação dos problemas sublinhados ao longo deste texto, constitui a razão pela qual o novo empreendimento docente preconizado na lei nº 10639 (09 de janeiro de 2003) não poderá prescindir da historiografia especificamente africana sem ferir gravemente as exigências de rigor e de respeito pela verdade cientificamente elaborada e demonstrada.

Trata-se de especialistas que conhecem a África a partir de dentro, através das mentalidades, cosmogonias, línguas e estruturas que moldaram

³⁷ Ver: Anexo I: Bibliografia mínima norteadora.

aquelas sociedades ao longo da mais extensa história do planeta. Uma abordagem da África *a partir de dentro* implica uma capacidade *intuitiva* que se situa além das possibilidades contidas na própria pesquisa, e que, por sua vez, confere ao especialista uma maior propensão para a compreensão até das múltiplas sutilezas contidas nos termos que descrevem e definem as realidades socioeconômicas, cosmogônicas e relacionais próprias às estruturas concretas. Isso, que chamaremos de *conhecimento orgânico* – que está implícito na condição de ter nascido e ter sido socializado nas línguas, na psicologia (mentalidade), nas estruturas concretas, e no mundo relacional em que se forja uma cultura e se inscreve uma história – não poderá ser obviado.³⁸

Existe no momento um importante corpo de obras básicas, incontornáveis, produzidas por africanos, que podem e devem servir para ampliar as bases do saber sobre esse continente assim como para a reconfiguração e reestruturação dos programas de estudos africanos em todos os níveis. Embora não sejam, e de longe não serão, as únicas obras rigorosas sobre os assuntos em questão, essas obras são tão confiáveis quanto as melhores produções da historiografia africanista mundial. As problemáticas que tratam são suficientemente específicas para constituir, no seu conjunto, uma sólida base geral para ajudar a assentar os estudos e pesquisas sobre a história da África, desde os primórdios da humanidade até o presente. Nem toda a produção historiográfica africana, como é lógico, terá o mesmo peso nem a mesma confiabilidade. Existe mesmo o caso de historiadores africanos que, por não se desprenderem suficientemente da hegemonia ideológica do mundo ocidental ou do Oriente Médio, tergiverem com as realidades históricas do seu próprio continente, por medo de se contrapor às tradições do mundo árabe-islâmico, que continua pautando ideologicamente a vida de muitas sociedades africanas através do Islã e dos costumes árabes, ou de incomodar as dinâmicas hegemônicas do universo judeu-cristão atualmente dominante. Felizmente, se trata de uma minoria, facilmente reconhecível pelo caráter apologético, ou legitimador, das suas produções.

³⁸ Essa realidade deveria ser cristalina para aqueles que, na América do Sul, sempre denunciaram o olhar historiográfico norte-americano como sendo um fator redutor da experiência especificamente sul-americana, e que, conseqüentemente, lutaram pela existência de uma historiografia sul-americana construída *a partir de dentro*.

Pelo contrário, as novas gerações de especialistas africanos exibem um *pensamento crítico* de qualidade que privilegia o rigor científico e a busca da verdade a qualquer custo, em contraposição àquele pensamento, tentador, que consistiria na apologia sistemática do passado pré-islâmico ou pré-colonial. Ao mesmo tempo, a maioria desses cientistas mostra uma preocupação empática pelo destino de um continente abalado, razão talvez pela qual tenham produzido obras que incomodam, ou cujas conclusões freqüentemente conflitam com as interpretações dominantes. Em todo caso, a historiografia africana está em pleno processo de descolonização intelectual, graças às obras de uma nova estirpe de historiadores africanos, entre os quais o nome do senegalês Cheikh Anta Diop³⁹, grande abridor de portas epistemológicas, permanecerá para sempre como merecedor de uma especial reverência.

CONCLUSÃO

Para uma Pedagogia empática

O avanço constante do conhecimento científico sobre a África, em especial nos campos da paleontologia e da antropobiologia, não cessam de confirmar esse continente no palco privilegiado de lugar de origem da consciência humana e das experimentações que conduziram à vida em sociedade. Contudo, a lentidão da assimilação/integração desses dados revolucionários, pelo meio acadêmico, continua sendo um problema, razão pela qual a reatualização dos conhecimentos e a reciclagem deverão constituir peças importantes do processo didático. À primeira vista, uma das formas

³⁹ Cheikh Anta Diop é considerado como a personalidade científica africana que mais marcou o século XX. Físico, matemático, químico, egiptólogo, antropólogo, linguista, sociólogo e historiador, ele foi, desde a década dos anos cinqüenta, o verdadeiro precursor de uma visão histórica alternativa solidamente ancorada na pesquisa objetiva. No calor da ideologia racial que predominava na academia ocidental da época, sua primeira tese de doutoramento, sobre o Egito faraônico, foi recusada por uma banca de eminentes egiptólogos franceses. Esse trabalho precursor se converteu na sua mais célebre obra, **Nações Negras e Cultura**, livro seminal que de um golpe reverteu a projeção anti-científica dos estudos “africanistas” que dominaram os séculos XVIII, XIX e a maior parte do século XX. Mundialmente célebres, mas ainda desconhecidas na América Latina, as obras de Diop provocaram um amplo debate que culminou na elaboração subsequente, com sua participação, de uma história geral *descolonizada* do continente africano, sob a coordenação da UNESCO. Diop morreu de um infarto, aos 62 anos, em 1986, deixando um rico acervo de obras essenciais incontornáveis.

eficientes de alcançar esses objetivos seria a organização de oficinas de formação para agentes multiplicadores selecionados, preferencialmente, entre os docentes das disciplinas humanas, e não somente na disciplina histórica.

A sensibilidade do docente determinará em muitos casos a predisposição à aceitação, ou à rejeição, das teses raciológicas e manipulações legitimadoras que inevitavelmente vestirão a roupagem “acadêmica”. Por isso, o docente incumbido do ensino da matéria africana deverá cultivar sua *sensibilidade* em relação aos povos e culturas oriundos deste continente. Num país como o Brasil, onde as tradições e culturas africanas nutrem de maneira tão vigorosa a personalidade do povo brasileiro, a empatia para com a África apareceria como algo natural. Mas ela não é, apesar de todos os brasileiros serem herdeiros das tradições e cosmovisões desse continente.

Os novos desafios

O docente incumbido da missão de ensino da matéria africana se verá obrigado durante longo tempo a demolir os estereótipos e preconceitos que povoam essa matéria⁴⁰. Também terá de se defrontar com os novos desdobramentos da visão hegemônica mundial que se manifesta através das “novas” idéias que legitimam e sustentam os velhos preconceitos.⁴¹ Trata-se daqueles africanistas – designados como “revisionistas” e “negacionistas” por Elikia M’Bokolo⁴² – que afogam os fatos históricos com sofisticadas armações estatísticas e argumentos “técnicos” que tendem a relativizar as terríveis

⁴⁰ Ver, a esse respeito: OBENGA, Theophile, **Le sens de la lutte contre l’africanisme eurocentriste**, Paris: L’Harmattan e Khepera, 2001; TEMU, A., SWAI, B., **Historians and Africanist History: A Critique**. Post-Colonial Historiography Examined. Londres: Zed Press, 1981.

⁴¹ Ver, entre outros: Curtin, Philip D, Curtin, **The Atlantic Slave Trade: A Census**. Madison: University of Winsconsin Press, 1969. James A. Webb, **The Desert Frontier: Ecological and Economic Change Along the Western Sahel, 1600-1850**. Madison: University of Winsconsin Press, 1995. Roger Anstey, **The Atlantic Slave Trade and British Abolition, 1760 – 1810**, Londres, The MacMillan Press, 1975.

⁴² Ver: M’ BOKOLO, Elikia, **África Negra. História e Civilizações**, tomo I (até o Século XVIII). Lisboa: Vulgata, 2003, especialmente caps. III e IV, neste com especial atenção às págs. 322-325.

conseqüências do mais trágico momento da história da África e da humanidade, apagando – seja mediante a omissão ou a sua simples negação⁴³ – aqueles eventos que hoje resultam insuportáveis para a consciência humana. Estamos diante de novas tentativas de banalização dos efeitos do racismo e das agressões imperialistas por parte de verdadeiros soldados ideológicos da visão e das estruturas hegemônicas que tomaram conta do planeta.

Levando em conta tudo o que precede, os estudos sobre a história da África, especificamente no Brasil, deverão almejar a conjunção de três fatores essenciais: uma alta sensibilidade empática para com a experiência histórica dos povos africanos; uma constante preocupação pela atualização e renovação do conhecimento baseado nas novas descobertas científicas, e uma interdisciplinaridade capaz de entrecruzar os dados mais variados dos diferentes horizontes do conhecimento atual para se chegar a conclusões que sejam rigorosamente compatíveis com a verdade.

Esses três pré-requisitos estão, por sua vez, vinculados ao problema mais geral que radica na necessidade de se chegar a um maior grau de compreensão das diferenças e da alteridade, como fatores estruturantes da convivência humana. O conhecimento do Outro, de sua identidade étnica, cultural, sexual ou racial, do seu percurso humano, de sua *verdadeira* inscrição histórica, possibilita a convivência confortável, se não feliz, com as diferenças fundamentais.

A obrigatoriedade do ensino da história da África no Brasil está certamente atrelada às múltiplas interações do corpo social brasileiro, estimulando o surgimento do que há de melhor, mas também aguçando as tendências mais conservadoras ligadas a um passado escravista mal assumido. É nesse sentido que o novo esforço educador pode se transformar num fator democratizante e, mais ainda, num processo integrador de vocação universal.

Um novo olhar objetivo sobre a África se converte numa exigência pragmática, acadêmica, cultural e política. As medidas capazes de garantir a generalização do ensino da história da África num país onde prepondera,

⁴³ O ato fundador do negacionismo especificamente brasileiro foi, sem dúvida, a queima por ordem de Rui Barbosa, de todos os arquivos relativos à escravidão dos africanos no Brasil.

cultural e demograficamente, o componente surgido desse continente, correspondem, efetivamente, a uma perspectiva de construção *nacional* de longo alcance. Poderia o esforço didático do pedagogo se desincumbir dessa complexa responsabilidade?

O pedagogo incumbido da missão do ensino da história dos povos e das civilizações da África – que, como já vimos não é uma história qualquer – dificilmente poderá permanecer insensível a todas essas considerações. Pensamos que, pelo contrario, a sua eficácia pedagógica terá uma maior repercussão e abrangência na medida em que a sua sensibilidade empática para a matéria e para o seu entorno social seja elevado.

BIBLIOGRAFIA

AJAYI, J. F. Ade, **General History of Africa: Africa in the Nineteenth Century Until the 1880s**. Los Angeles: University of California Press, 1998

_____, **People and Empires in African History: Essays in Memory of Michael Crowder**. London: Longman, 1992.

_____, e CROWDER, Michael (orgs.), **History of West Africa**, 2 volumes. Londres: Longman, 1985.

AKINJOGBIN, I. A., **Dahomey and its Neighbours (1708-1818)**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

ANSTEY, Roger, **The Atlantic Slave Trade and British Abolition, 1760 – 1810**. London, The MacMillan Press, 1975.

BAECHLER, Jean, **Les origines du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1971.

BAKIR, Abd el-Mohsen, **Slavery in Pharaonic Egypt**. Cairo, 1952.

BARRY, Boubakar, **Le royaume du Wallo. Le Senegal avant la conquête**. Paris: Karthala, 1985.

_____, **Le Senegal avant la conquête**. Paris: Karthala, 1985;

CHANANA, Dev Raj, **Slavery in Ancient Índia: as Depicted in Pali and Sanskrit Texts**. New Delhi, 1960.

CISSOKO, Sekene Mody, **Histoire de l'Afrique occidentale. Moyen Age et Temps Modernes (VII^e siècle-1850)**, Paris: Présence Africaine, 1966.

_____, **Tombouctou et l'Émpire Songhay**. Dakar: Nouvelles Editions Africaines (NEA), 1975.

Curtin, Philip D, **The Atlantic Slave Trade: A Census**. Madison: University of Winsconsin Press, 1969.

DAVIS, David Brion, **O Problema da Escravidão na Cultura Ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DIAGNE, Pathé, **Pouvoir politique traditionnel en Afrique occidentale: Essais sur les Institutions politiques précoloniales**. Paris: Présence Africaine, 1967.

DIOP, Cheikh Anta, **Antériorité des civilisations négres, mythe ou vérité historique?**. Paris: Présence Africaine, 1967, 1993.

_____, **Civilisation ou Barbárie**. Paris: Présence Africaine, 1981.

_____, **L'Afrique noire précoloniale**. Paris: Présence Africaine, 1960, 1987.

_____, **L'Unité Culturelle de l'Afrique Noire**. Paris: Présence Africaine, 1959.

_____, **Nations nègres et Culture**. Paris: Présence Africaine, 1954, 1964, 1979.

_____, **Parenté génétique de l'égyptien pharaonique et des langues négro-africaines**. Dakar: IFAN-NEA, 1977.

FINLEY, Moses I., **Escavidão Antiga e Ideologia Moderna**. Rio de Janeiro: GRAAL Editora, 1991.

HOWELLS, William, **Getting Here: The Story of Human Evolution**. Washington, D.C.: The Compass Press, 1993.

HUBBE, M.O.R, ATUI, J.P.V, AZEVEDO, E.T.& NEVES, W.A., **A Primeira Descoberta da América. Evolução Humana**. Sociedade Brasileira de Genética. Ribeirão Preto: Atheneu, 2003.

KI-ZERBO, Joseph, **Historie de l'Áfrique Noire**. Paris: Hatier, 1978.

LEVY-BRUHL, Lucien, **La mentalité primitive**. Paris: Presses Universitaires de France, 1947.

LEWIS, Bernard, **Race and Slavery in the Middle East**. London: Oxford University Press, 1994.

LOVEJOY, Paul E., **A escravidão na África. Uma historia de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

M' BOKOLO, Elikia, **África Negra. História e Civilizações**, tomo I (até o Século XVIII). Lisboa: Vulgata, 2003.

MEILLASSOUX, Claude, **Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____, **L'Esclavage en Afrique précoloniale**. Paris: Maspero, 1975;

MENDELSON, Isaac, **Slavery in the Ancient Near East: a Comparative Study of Slavery in Babylonia, Assyria, and Palestine, from the Middle of the Third Millennium to the End of the First Millennium**. Nova York: Oxford University Press, 1949.

OBENGA, Theophile, **Contribution à l'histoire traditionnelle de l'Afrique centrale**, Paris: Présence Africaine, 1976.

_____, **Le sens de la lutte contre l'africanisme eurocentriste**. Paris: L'Harmattan e Khepera, 2001.

_____, **Origine commune de l'égyptien ancien, du copte et des langues négro-africaines modernes: Introduction à la linguistique historique africaine**. Paris: L'Harmattan, 1993.

STRINGER, Christopher e MCKIE, Robin, **African Exodus: The Origins of Modern Humanity**. New York: Henry Holt, 1998.

TATTERSALL, Ian, **The Last Neanderthal: The Rise, Success and Mysterious Extinction of Our Closest Human Relatives**. Colorado: Westview Press, 1999.

TATTERSALL, Ian e SCHWARTZ, Jeffrey H., **Extinct Humans**. Colorado: Westview Press, 2000.

TEMU, A., SWAI, B., **Historians and Africanist History: A Critique**. Post-Colonial Historiography Examined. Londres: Zed Press, 1981.

VERLINDEN, Charles, **L'Esclavage dans l'Europe Médiévale**. Bruges: De Tempel, 1955.

WEBB, James A., **The Desert Frontier: Ecological and Economic Change Along the Western Sahel, 1600-1850**. Madison: University of Wisconsin Press, 1995.

WESTERMANN, William L., **The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity**. Philadelphia: American Philosophical Society, 1974.

WILBUR, C. Martin, **Slavery in China during the Former han Dynasty, 206B.C.-A.D. 25**. Chicago: Field Museum of Natural History, 1943.

Anexo 1

Bibliografia mínima norteadora de obras básicas sobre a África

BARRY, Boubakar. Le royaume du Wallo. Le Senegal avant la conquête. Paris: Karthala, 1985.

DIAGNE, Pathé. Pouvoir politique en Afrique occidentale, Paris: Présence Africaine, 1967; Histoire générale de l'Afrique noire, vol. 2, Paris: UNESCO, 1978.

DIOP, Cheikh Anta. L'Unité Culturelle de l'Afrique Noire, Paris: Présence Africaine, 1959, 1982; Nations nègres et Culture. Paris: Présence Africaine, 1954, 1964, 1979; L'Afrique Noire pré-coloniale. Paris: Présence Africaine, 1960, 1987; Civilisation ou Barbarie, Paris: Présence Africaine, 1981, 1988.

KI-ZERBO, Joseph. História Geral da África negra, volumes I e II (3^a. ed.), Portugal: Publicações Europa-América, 2002.

M'BOKOLO, Elikia. Afrique noire histoire et civilisations, jusqu'au XVIII^e siècle, Tomos I et II, Paris: Hatier-Aupelf, 1995.⁴⁴

OBENGA, Theophile. L'Afrique dans l'Antiquité. Égypte ancienne-Afrique noire, Paris: Présence Africaine, 1973; Afrique centrale pré-coloniale. Documents et histoire vivante, Paris: Présence Africaine, 1974; Le Peuples Bantu - Migrations, Expansion et Identité Culturelle; .La Cuvette Angolaise: Les hommes et les structures. Contribution à l'histoire traditionnelle de l'Afrique centrale, Paris: Présence Africaine, 1976; Lês Bantu, Langues-Peuples-Civilisations, Paris: Présence Africaine, 1985; La Philosophie africaine de la période pharaonique – 2780-330 avant notre ère, Paris: L'Harmattan, 1990; Origine commune de l'égyptien ancien, du copte et des langues negro-africaines modernes. Introduction à la linguistique historique africaine, Paris: L'Harmattan,

⁴⁴ O volume 1 foi publicado em português: M'BOKOLO, Elikia, **África negra. História e civilizações até o século XVIII**, Lisboa: Editora Vulgata, 2003.

1993; Volney et le Sphinx. Contribution de Cheikh Anta Diop à l'Historiographie mondiale.

CISSOKO, Sekene Mody, **CISSOKO**, Sekene Mody, **Histoire de l'Afrique occidentale. Moyen Age et Temps Modernes (VIIè siècle-1850)**, Paris: Présence Africaine, 1966.

_____, **Tombouctou et l'Émpire Songhay**. Dakar: Nouvelles Editions Africaines (NEA), 1975.